

 PMMS	<p style="text-align: center;">LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</p>	PROCESSO: 3.07	
		PADRÃO: 3.07.05	
		ESTABELECIDO 25/10/2019	EM:
<p>NOME DO PROCEDIMENTO: Registro de acidente de trânsito sem vítima em que a(s) parte(s) envolvida(s) exige(m) a presença da PMMS no local da ocorrência.</p> <p>RESPONSÁVEL: Policial militar.</p>		REVISADO EM: 02/04/2020	
ATIVIDADES CRÍTICAS			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de conhecimento básico de informática. 2. Falta de preenchimento de dados obrigatórios exigidos pelo sistema. 3. Falta de disponibilidade de viatura em razão da prioridade de atendimento de acidente de trânsito com vítima/fatal ou ocorrência ordinária de maior gravidade. 4. Falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico para registro e/ou a impressão do BOAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO). 			
SEQUÊNCIA DE AÇÕES			
<p>Procedimento do Policial Militar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimento no local pela guarnição. 2. Tornar a esclarecer que o registro de acidente de trânsito sem vítima pode ser realizado na modalidade “Online” ou pelo juizado de trânsito, onde existir. 3. Caso da desistência do registro no local, orientá-lo da possibilidade do registro na modalidade “Online”. 4. Quando da solicitação do atendimento em área urbana, deverá informar ao <u>solicitante</u> que será cobrado o valor de 8 UFERMS e, na retirada do BOAT, o mesmo deverá apresentar a guia DAEMS do item 25.01 (Atendimento de Acidentes de Trânsito sem vítima, por solicitação do usuário, até 30km, contados a partir da OPM) ou do item 25.02 (Atendimento de Acidentes de Trânsito sem vítima, por solicitação do usuário, acima de 30 km, contados a partir da OPM), com comprovante quitado, conforme lei estadual 1.810/97 de MS. 5. Registrar a ocorrência na modalidade “No Local”, inserindo-a no SISBOAT com o respectivo CROQUI e declaração do envolvido. 			

6. Não sendo possível o registro no SISBOAT no local do atendimento da ocorrência, realizar no formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito “manual” e no primeiro momento inserir no referido sistema.
7. O CROQUI deverá ser confeccionado mesmo se os veículos envolvidos tiverem sido retirados do local (descaracterizado), pois deverá conter outras informações pertinentes ao acidente de trânsito para subsidiar os processos judiciais e/ou administrativos.
8. Lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará a autoridade policial se for constatado crime.
9. Nos crimes de ação pública condicionada e os de ação privada, lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará à autoridade policial quando houver representação ou queixa das partes.
10. Deverá informar na descrição do BOAT o nome do solicitante que exigiu o atendimento no local, para cobrança de DAEMS diferenciada, nos acidentes em área urbana, com seguintes dizeres: “Registro por exigência do(a) Sr(a) Fulano de tal...”.
11. Para a parte **que exigiu** o atendimento no local em **área urbana**, a liberação do BOAT será realizada após o pagamento da guia DAEMS **do item 25.01 (Atendimento de Acidentes de Trânsito sem vítima, por solicitação do usuário, até 30km, contados a partir da OPM) ou do item 25.02 (Atendimento de Acidentes de Trânsito sem vítima, por solicitação do usuário, acima de 30 km, contados a partir da OPM), com comprovante quitado, conforme lei estadual 1.810/97 de MS.**
12. Para parte que **não exigiu** o atendimento no local em **área urbana**, a liberação da 1ª via do BOAT será isenta do pagamento da guia DAEMS.
13. **O pagamento da guia DAEMS (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE MS), item 23.03 (2ª VIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VITIMA) 2 UFERMS, será exigido no caso de solicitação de 2ª via do BOAT, conforme lei 1.810/97 de MS.**

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Registrar outra modalidade de BOAT, diferente do procedimento em epígrafe.
2. Registrar no SISBOAT dados divergentes ou a ausência destes nos campos obrigatórios.
3. **Exigir o pagamento da guia DAEMS no caso de impressão da 1ª VIA do BOAT**

RESULTADOS ESPERADOS

Comando- Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
PM-3/PMMS

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1.203, Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP 79.037-100

1. Que as partes envolvidas retirem o BOAT para as devidas demandas ou necessidades.
2. Correta realização do preenchimento para gerar estatísticas confiáveis.
3. Realizar o levantamento da ocorrência de forma isenta e imparcial.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Possuir antecipadamente login e senha para acessar o SISBOAT e registrar a ocorrência de acidente de trânsito.
2. Realizar o registro no SISBOAT conforme dados colhidos no local do acidente de trânsito, preenchendo no mínimo os campos obrigatórios.
3. O policial deverá orientar às partes envolvidas da emissão da guia DAEMS, quando tratar de emissão de 2ª Via do BOAT, exceto para os órgãos públicos, mediante ofício.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. NBR 10697 de junho de 1989 - Pesquisa de acidentes de trânsito.
2. NBR 12898 de novembro de 1993 - Relatório de Acidente de Trânsito.
3. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS.2009.
4. Lei estadual 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
5. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
6. Lei nº 1.888, de 23 de julho de 1998 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.
7. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
8. Decreto nº 14.164, de 27 de abril de 2015 - Estabelece a estrutura básica da SEJUSP.
9. Resolução do Contran nº 607, de 24 de maio de 2016, Estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito – RENAEST e dá outras providências.
10. Lei nº 5.476, de 18 de dezembro de 2019 - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.

ELABORADOR:

APROVADO:

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM. WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM. MARCOS BEZERRA DA SILVA – TEN QAOPM. DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – ST QPPM. SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA – 1º SGT QPPM. PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE - SD QPPM.	<div>Comandante-Geral da PMMS</div>
REVISADO POR:	APROVADO:
FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM. WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM. IDACIO LOPES RIQUELME - TEN QOPM WALDOMIRO VARGAS JUNIOR- TEN QAOPM	<div>Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021</div>
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:	DIFUSÃO:
SEQUENCIA DE AÇÕES item 4,11 e 13; POSSIBILIDADE DE ERRO item 3; AÇÕES CORRETIVAS item 3; ESCLARECIMENTOS item 3; REFERÊNCIAS, DOCTRINAS E LEGISLAÇÕES item 10.	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS:	
1. A entrega do BOAT ao solicitante deverá conter a assinatura do chefe/comandante ou pessoa autorizada, sendo a assinatura do atendente no canto inferior direito de cada página e do chefe/comandante/pessoa autorizada na última página “Assinatura Chefe”. 2. Sendo necessário emitir a guia de cobrança DAEMS, o mesmo poderá ser feito via sistema do site da SEFAZ – Secretaria de Estado de Fazenda “ servicos.efazenda ”.	



PMMS

LAVRATURA DO BOLETIM DE

PROCESSO: 3.07

Comando- Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
PM-3/PMMS

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1.203, Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP 79.037-100